

A ERA DAS REVOLUÇÕES BURGUESAS O PROBLEMA DAS ORIGENS

José Jobson de Andrade Arruda (*)

ABSTRACT

The present paper intends to furnish a more precise definition of the concept of bourgeois revolution, understood as the release of forces promoting the accelerated development of capitalism. In this sense, the beginnings of bourgeois revolutions should be anticipated to the XVIIth century, to the time of the English Revolutions, and the French one would necessarily lose its character of the *bourgeoisie mater* revolution.

Este tema, a Revolução Francesa, extraordinariamente fecundo, já foi objeto das mais variadas e contraditórias interpretações, o que se justifica pela função precípua de seu significado na História da Civilização Ocidental, onde se notabilizou pelo seu caráter liberal e intensamente democrático. Não obstante o muito que se disse a propósito, pensamos ser ainda possível tecer algumas considerações em torno do caráter mesmo da Revolução Francesa, a demarcação precisa de sua especificidade, tarefa tanto mais árdua quanto se sabe da multiplicidade de abordagens que este tema já mereceu por parte da Historiografia especializada ⁽¹⁾.

(*) Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) Uma bibliografia sobre o tema se encontra em Jacques Godechot — *Les Révolutions*, Paris, Presses Universitaires de France, 1965, ou ainda, do mesmo autor, "As grandes correntes da historiografia da Revolução Francesa", in *Revista de História* (São Paulo), n.º 80, 1969, pp. 417-423. Mais recentemente, foi publicado o trabalho de Alice Gérard — *La Révolution Française, Mythes et Interpretations*, Paris, Flammarion, 1970, que contém muitas outras indicações historiográficas, além de ser muito mais crítico e, por isso mesmo, mais sugestivo na sua busca inquietante de devassar o sentido ideológico das principais interpretações da Revolução Francesa. Há uma tradução em língua portuguesa deste texto, realizada pela Editora Perspectiva, volume 8, da *Coleção Khronos*.

De variados matizes são as interpretações atuais sobre a Revolução Francesa ⁽²⁾; porém, duas são as vertentes principais: a abordagem no sentido do *alargamento* e a abordagem no sentido do *aprofundamento*. Entender a Revolução Francesa no sentido do alargamento é entendê-la como parte integrante do amplo conjunto das Revoluções Atlânticas ou Ocidentais, como o fizeram Robert Palmer e Jacques Godechot. Abordá-la no sentido do aprofundamento é buscar acima de tudo a sua especificidade, o seu processo social particular, encontrável na atuação das classes populares, tal como o entendem Georges Lefebvre e Albert Soboul.

REVOLUÇÃO "ATLÂNTICA" OU "OCIDENTAL"

Segundo esta perspectiva, não existe propriamente uma Revolução Francesa, senão uma revolução europeia e americana que tem o seu clímax na França. Tal perspectiva é o fruto da ampliação dos estudos sobre o período revolucionário na Europa e na América, bem como da universalização dos estudos históricos. No fundo, entretanto, demonstra a preocupação dos historiadores em fundamentar historicamente a OTAN, pois as analogias econômicas, sociais, demográficas e políticas justificariam o alinhamento destas potências; neste caso, "não seria essa 'civilização atlântica' uma ilusão retrospectiva, a projeção, dois séculos atrás, de uma unidade geopolítica do século XX?" ⁽³⁾.

A tendência à visão generalizadora do movimento revolucionário já é perceptível na comparação entre a edição de 1930 da *Revolução Francesa*, de Georges Lefebvre, e a segunda publicada em 1951. Neste mesmo ano, a primeira edição de *Europe and Modern World*, de Louis Gottschalk,

-
- (2) Segundo Alice Gérard — *Obra citada*, pp. 119-121, são as seguintes as vertentes principais no estudo da Revolução Francesa: a *posição contra-revolucionária* que condena globalmente o movimento revolucionário em favor do Antigo Regime e tem por principal representante P. Gaxotte; a *atitude marxista-leninista*, que busca definir a Revolução Francesa por seu conteúdo econômico e social, a partir do conflito entre as novas forças produtivas e as antigas relações sociais de produção, destacando-se neste aspecto o trabalho de Albert Soboul; a *interpretação marxista libertária* que renega o esquema marxista-leninista, acusando-o de escamotear a democracia viva do ano II por estar contaminado por um jacobinismo autoritário, defendendo a tese da revolução permanente e da espontaneidade criadora das massas, postura esta professada por D. Guérin; o *revisionismo liberal* ou néo-liberal, que busca por vários meios uma alternativa para a interpretação marxista, seja tentando desmistificá-lo, libertando-o de tudo que lhe foi agregado por uma visão ulterior, seja incorporando-o de imediato ao conjunto dos movimentos mais liberais do que igualitários, seja através de um encaminhamento analítico e crítico, atacando diretamente os conceitos básicos da historiografia marxista, essencialmente a luta de classes, destacando-se nestes aspectos citados, respectivamente, H. Arendt, Jacques Godechot e Robert Palmer, A. Cobban, F. Furet e D. Richet.

- (3) GÉRARD, Alice — *Obra citada*, p. 124.

revela tendência semelhante, ao estudar a *primeira revolução mundial*, constituída por três fases: uma americana, outra francesa e outra napoleônica. Tais estudos tinham a finalidade de desmistificar a Revolução Francesa, excessivamente enfatizada pelos historiadores franceses como a Revolução-mãe.

Estas idéias ganharam corpo com os trabalhos de Robert Palmer e Jacques Godechot, que apresentaram conjuntamente uma comunicação no X Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Roma, no ano de 1955 ⁽⁴⁾. Em 1956, o conceito de Revolução Ocidental estava plenamente sistematizado no trabalho de Godechot, *La Grande Nation* ⁽⁵⁾. O mesmo acontecia na América, em 1959, com o livro de Palmer, *The Age of Democratic Revolution* ⁽⁶⁾. Não tardaram a surgir críticos renitentes, principalmente na França, contrários à minimização do caráter da Revolução Francesa, diluída no caldo inosso das Revoluções Ocidentais. Isto explica a retomada de posição de Godechot, em 1965, no seu texto *Les Révolutions* ⁽⁷⁾ e de Palmer, em 1969, em *Les Révolutions de la liberté et de l'égalité* ⁽⁸⁾, que se eximem de haver negado a originalidade da Revolução Francesa na medida em que buscam o denominador comum de todas as Revoluções coevas. O debate em torno desta questão suscitou trabalhos específicos que tiveram a vantagem de estimular os estudos sobre a época da Revolução Francesa.

A tese da Revolução Ocidental pode ser resumida em três pontos essenciais:

1. Não existe propriamente uma Revolução Francesa e sim uma Revolução Européia que atinge o seu ponto culminante na França;
2. Este movimento revolucionário ter-se-ia iniciado nas Colônias Inglesas da América em 1763, prolongou-se pelas Revoluções da Suíça, dos Países-Baixos, da Irlanda, passou pela França, voltou aos Países-Baixos, alcançou a Alemanha renana, novamente a Suíça e, finalmente, a Itália;

(4) A concepção de uma revolução "ocidental" ou "atlântica" foi proposta por Robert Palmer em "The World Revolution of the West", *Political Science Quarterly*, 1954, para finalmente Robert Palmer, em conjunto com Jacques Godechot, apresentarem no X Congresso Internazionale di Scienze Storiche, Relazione, Florença, 1955, t. V, pp. 175-239, a comunicação intitulada "Le problème de l'Atlantique du XVIIIe au XXe siècle".

(5) GODECHOT, Jacques — *La Grande Nation*, Paris, Aubier, 1956, 2 volumes.

(6) PALMER, Robert — *The age of democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*, t. I: *The Challenge*. Princeton University Press, 1959.

(7) GODECHOT, Jacques — *Les Révolutions*, Paris, Presses Universitaires de France, 1965 (Nouvelle Clío).

(8) PALMER, Robert — *Les Révolutions de la liberté et de l'égalité*, 1969.

3. Determinar o início e fim deste movimento é mais difícil, parecendo evidente o seu término em 1848.

As críticas a essas proposições foram severas e exigiram de parte de seus formuladores malabarismos mentais para respondê-las.

Observou-se que as estruturas sociais dos Estados Unidos, Inglaterra, Países-Baixos, Suíça e França eram muito diferentes e, como conseqüência, os movimentos revolucionários aí surgidos não poderiam ter a mesma explicação. A esta objeção respondeu-se que é exatamente esta individualidade das estruturas sociais que dá o ritmo próprio de cada movimento de *per se*, ainda mais que tais diferenças entre os países europeus não são maiores do que as diferenças regionais dentro de cada país, principalmente em países tão vastos quanto a França.

Para alguns autores, as Revoluções que ocorreram depois da Francesa não têm espontaneidade, pois resultaram da propaganda veiculada pela Revolução Francesa. O que se nega por não ter-se confirmado historicamente a existência de um clube organizado de propaganda revolucionária. Evidentemente, tal resposta descuida o primado das condições estruturais locais na assimilação da onda revolucionária.

Afirma-se que os patriotas, líderes da Revolução Francesa, eram uma minoria, e desta forma não poderiam representar as forças da sociedade. Porém, foi apenas nesta medida, na medida em que eram um grupo minoritário, é que puderam governar pela ditadura, com o apoio dos camponeses em 1789 e dos *sans-culottes* em 1793.

Em relação às instituições nascidas do movimento revolucionário, considera-se que elas não apresentavam originalidade, sendo cópia das instituições francesas e nesta medida não poderiam expressar a realidade social específica. Tal afirmação é rebatida com o argumento de que esta postura é fruto de uma análise superficial destas instituições, pois que uma verificação profunda demonstraria que estas instituições levaram em conta as necessidades locais, sendo, pois, o fruto de uma realidade social individualizada.

A Igreja teria impedido a penetração dos ideais revolucionários antes da chegada das tropas francesas. O que se considera válido para a Espanha, país de forte armadura católica, porém na Suíça, Holanda e uma parte da região renana, dominavam os protestantes. Na Itália dominava o catolicismo e a Igreja não fez oposição, pelo contrário, a oposição do jansenismo à autoridade papal sobre os bispos e destes sobre os sacerdotes, provocou uma crise de poder e facilitou o ingresso dos jansenistas no jacobinismo.

Por fim, Georges Lefebvre considerou que seria mais razoável denominar a este movimento revolucionário de "burguês" ou "capitalista". O que se contesta à luz do argumento de que a burguesia dirigiu a revolução,

mas não teria conseguido triunfar sem a ajuda dos camponeses e dos sans-culottes; ainda mais, houve outras revoluções capitalistas em outros lugares, tais como no Japão em 1868 e na China em 1911.

Os argumentos e contra-argumentos, bem ou mal fundamentados, dão uma idéia do debate travado entre os defensores do “alargamento” da Revolução e os que buscam o seu “aprofundamento”. Não se pode evidentemente negar que a busca da generalização faz com que se minimizem as diferenças e se aproximem as igualdades, o que transforma a diferença de natureza em diferença de grau. Daí a dificuldade em encontrar uma denominação para o movimento, *capitalista, burguesa*, pois a única semelhança que pode haver entre a Revolução Francesa e a Revolução da Independência das 13 Colônias Inglesas da América, onde não havia Antigo Regime ou Feudalismo para ser abolido, é o fato de ambas estarem no mundo Ocidental ou Atlântico. Se o que se busca é a igualdade, o que há de mais igual é a geografia, mas também é o que existe de mais insofista em matéria de explicação histórica.

REVOLUÇÃO “VUE D’EN HAUT”

REVOLUÇÃO “VUE D’EN BAS”

O outro lado da questão é abordar o tema da Revolução Francesa do ponto de vista da estrutura social que lhe dá a especificidade, o seu caráter marcante e que, portanto, a diferencia em relação a todo e qualquer outro movimento social contemporâneo. De certo modo, os principais trabalhos produzidos nesta linha de pesquisa atendem à convocação feita por George Lefebvre, em seus *Annales Historique de la Révolution Française*, logo após a morte de Mathiez, concitando os historiadores à busca de uma história total. Tal programa se resume em “retomar, desde o princípio, pacientemente, o esboço tão bem elaborado por Jaurès no passado, dando-nos esta história da Revolução que está faltando: história das massas e não de vedetes, *História vista de baixo e não do alto*”⁽⁹⁾.

O desvendamento deste mundo desconhecido da Revolução Francesa começou a ser feito pelo próprio Lefebvre⁽¹⁰⁾ nos seus estudos sobre os movimentos camponeses, por Ernest Labrousse⁽¹¹⁾ com seus trabalhos sobre as crises de conjuntura e a atuação das camadas sociais no contexto

(9) Citado por Alice Gérard — *Obra citada*, p. 95.

(10) Georges Lefebvre — *Les paysans du Nord pendant la Révolution (1923)*, Paris, Armand Colin, 1972. Uma parte deste texto foi traduzida para o espanhol e publicada com o título de *La Revolution Francesa y los Campesinos*, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1974.

(11) Ernest Labrousse — *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècles*, Dalloz, Paris, 1933, e principalmente, *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime et au début de la Révolution*, Paris, PUF, 1944.



revolucionário e, principalmente, Albert Soboul⁽¹²⁾ com suas pesquisas sobre o movimento *sans-culottes*. Para Soboul a Revolução Francesa marcou uma etapa decisiva na transição do feudalismo para o capitalismo; a revolta dos pequenos produtores, camponeses e artesãos desferiu os golpes mais eficazes na antiga sociedade, muito mais do que a burguesia mercantil⁽¹³⁾.

Com estes estudos um mundo novo se abria antes os olhos dos estudiosos, pois pela primeira vez as camadas dominadas se tornavam o centro das atenções. Michelet analisou a Revolução Francesa sob o ângulo do povo em geral, da nação. Taine interpretou-a do ponto de vista da aristocracia progressista. Aulard da perspectiva da burguesia ascendente. Juarez destacou a participação da plebe urbana. Mathiez acentuou o papel do jacobinismo e Lefebvre a atuação das massas camponesas, enquanto Soboul emancipou a *sans-culloterie* no contexto revolucionário. Neste momento, a análise se torna mais desvendadora por se situar ao nível da consciência mais adequada.

Efetivamente, a análise do processo revolucionário nos dá a perceber um *continuum* de revoluções, demarcadas pela hegemonia de uma determinada classe ou grupo social. Para não falarmos na REVOLTA ARISTOCRÁTICA (Lefebvre) ou NOBILIÁRIA (Mathiez), que se inicia em 1787 e se estende até 1789, possuindo um caráter reacionário, podemos demarcar três Revoluções dentro da Revolução Francesa:

- 1.^a (1789-1792) — Monarquia Constitucional (Nobreza-Burguesia)
- 2.^a (10 de agosto de 1792 a 2 de junho de 1793 — República Girondina (Burguesia)
- 3.^a (2 de junho de 1793 a 27 de julho de 1794) — República Jacobina (Sans-culloterie-jacobinos)

A feição social das etapas revolucionárias pode ser ilustrada pelo projeto político, senão vejamos:

REVOLTA ARISTOCRÁTICA: "O estado está em perigo, prepara-se uma revolução nos princípios do governo; logo os direitos da propriedade serão atacados, a desigualdade das fortunas será apresentada como um objeto de reforma; já se propôs a suspensão dos direitos feudais. Vossa Majestade poderia se determinar a sacrificar, a humilhar sua brava, antiga e respeitável nobreza?" (Carta dos Príncipes, de 12 de dezembro de 1788).

(12) Albert Soboul — *Les sans-culottes parisiens en l'an II*, Paris, Clavreuil, 1959.

(13) Idem.

REVOLUÇÃO BURGUESA: “Deveis garantir a propriedade do rico. . . A igualdade civil eis tudo quanto o homem razoável pode exigir. A igualdade absoluta é uma quimera; para que pudesse existir, seria necessário que houvesse uma igualdade total de espírito, de virtude, de força física, e educação, de fortuna. . . Devemos ser governados pelos melhores; os melhores são os mais instruídos e os mais interessados na manutenção das leis; ora, com muito poucas exceções não encontrareis homens desse tipo senão entre os que, possuindo uma propriedade, estão vinculados ao país que a encerra, às leis que a protegem, à tranqüilidade que a conserva, e que devem a tal propriedade e ao bem-estar que ela proporciona a educação que os armou para discutir com sagacidade e justiça as vantagens e os inconvenientes das leis que determinam o destino da pátria” (Discurso de Boissy D’Anglas, de 23 de julho de 1795).

REVOLUÇÃO JACOBINA: “A liberdade não passa de um vão fantasma quando uma classe de homens pode esfaimar outra impunemente. A igualdade não passa de um vão fantasma quando o rico, pelo monopólio, exerce o direito de vida e morte sobre seu semelhante” (Discurso de Jacques Roux, 25 de junho de 1793).

Tem início, então, o recuo, a marcha-ré, com a Reação Thermidoriana de 27 de julho de 1794, ou 9 thermidor pelo calendário instituído pela Revolução. Volta a *República Burguesa*, seguindo-se ao golpe de 18 brumário de 1799 o *Consulado*, o *Império* e novamente a *Monarquia Constitucional* em 1815 com a Restauração. A Monarquia Constitucional é o ponto de partida e o ponto de chegada da Revolução. Porém, se os rótulos institucionais são os mesmos, em termos de estrutura social, quanta diferença! Um novo regime de propriedade se havia constituído e era um processo irreversível.

É neste devenir de revoluções, aristocrática, burguesa, jacobina, que está o significado social mais profundo da Revolução Francesa e também a sua singularidade em relação aos demais movimentos revolucionários contemporâneos, particularmente a Revolução Popular que se instala no seio da Revolução Burguesa e Aristocrática, produzindo transformações vitais na estrutura do Antigo Regime.

REVISÃO CRÍTICA DAS PERSPECTIVAS

Pondo de lado o maniqueísmo, cremos ser possível o tratamento da Revolução Francesa com vistas a este conjunto de perspectivas, de modo a iluminá-las mutuamente. Neste caso, o ponto de partida para a crítica dessas posições é a conceituação de revolução e a demarcação precisa do referencial de tais análises.

Existe uma revolução desde que as mudanças se operem no interior do sistema de maneira acelerada, tanto ao nível estrutural quanto conjuntural, seja no aspecto econômico, social, seja político. Haverá, pois, uma revolução mesmo que as mudanças aceleradas ocorram em apenas um dos setores considerados, porque a articulação necessária entre eles acaba transferindo as mudanças para todo o conjunto. Por este raciocínio, não pode haver dúvidas sobre a Revolução Francesa, pois nela as transformações atingiram intensamente todos os setores. Do mesmo modo, as numerosas Revoluções ocorridas na Europa e mesmo na América, ao tempo da Revolução Francesa, merecem ser denominadas revolucionárias, mesmo que o setor atingido pelas transformações tenha sido apenas um; não há, portanto, necessidade de se buscarem as similitudes entre a Revolução Francesa e as demais, para que se lhes permita integrarem o quadro privilegiado das chamadas *Revoluções Burguesas*.

É fora de dúvida que a Revolução Francesa ultrapassou as demais Revoluções da sua época, na medida em que uma camada social se impôs à burguesia e instaurou um governo próprio, mesmo que por um momento breve. Neste particular está a grande diferença em termos de Revolução Burguesa, definida a partir das relações entre a burguesia e os movimentos populares, camponeses ou urbanos⁽¹⁴⁾. Deutscher chama a atenção⁽¹⁵⁾ para o fato de que a revolução camponesa e a reforma agrária estabilizam a ordem social, racionalizam a produção no campo, ampliam o mercado consumidor, quebram a resistência da nobreza e do absolutismo, garantem a vitória burguesa contra a reação aristocrática e até mesmo contra o movimento socialista do século XIX.

A revolução camponesa está no âmago da revolução burguesa e viabiliza as condições de realização da propriedade burguesa. Nesta medida, mesmo que os burgueses capitalistas não apareçam diretamente no controle do poder e que o capitalismo não se implante de um golpe na França, não se poderia dizer que não houve uma revolução burguesa, como afirma Cobban⁽¹⁶⁾, pois a classe politicamente dominante não precisa ser politicamente dirigente. Está claramente expresso na ideologia alemã⁽¹⁷⁾ que a classe revolucionária se opõe a outra classe, não como classe, mas como representante de toda a sociedade, transferindo aos demais segmentos sociais a sua visão de mundo.

(14) A inexistência de uma tal vinculação de classes explica o caráter específico da revolução burguesa na Itália, onde a burguesia recusou-se a uma aliança com as forças camponesas. Cf. Antonio Gramsci — *Oeuvres Choisies*, parte relativa ao Risorgimento, Paris, 1959.

(15) Isaac Deutscher — *A Revolução Inacabada*, trad. port., São Paulo, Civilização Brasileira, 1968, p. 21.

(16) Alfred Cobban — *La interpretación social de la revolución francesa*, Madrid, Narcea Ediciones, 1971, pp. 199-211. A mesma tese já aparecia no texto de 1956, publicado em Londres, sob o título *The Myth of the French Revolution*.

(17) Karl Marx — *La Ideología Alemana*, trad. esp., Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos, 1973, p. 52.

Soboul afirma⁽¹⁸⁾ que os *Sans-Culottes* não constituíam uma classe, nem a *sans-culotteries* um partido de classe. De recrutamento heterogêneo, faltava-lhes a consciência de classe. Ao que Lukács aduz: a pequena burguesia só pode desempenhar um papel histórico durante um certo tempo, enquanto seus objetivos coincidirem com os reais interesses das classes capitalistas, isto porque ela não é propriamente uma classe.

O problema colocado por Cobban⁽¹⁹⁾ da não realização do capitalismo na França post-revolucionária se constitui na negação de uma assertiva que não foi feita, ao menos por Soboul. Sua afirmação é a de que a Revolução Francesa criou condições para o desenvolvimento da sociedade capitalista, mas não a implantou de pronto⁽²⁰⁾. Com a Revolução Francesa a terra se torna uma mercadoria, após a eliminação dos direitos feudais. Evidentemente, o caráter do liberalismo criado pela Revolução Francesa, a quase realização de uma verdadeira revolução social e a efetiva transformação do regime de propriedade rural, transformou o crescimento da economia francesa, bastante vertiginoso no decurso do século XVIII⁽²¹⁾, num lento evoluir. Isso talvez se deva ao fato de que, como mostra Lukács⁽²²⁾, a classe média, pequenos proprietários e camponeses têm um caráter incerto em relação às transformações, uma vez que a sua existência não está fundada exclusivamente na sua situação no processo de produção, estando vinculada indelevelmente à sociedade estamental. Não buscam, portanto, promover a evolução capitalista; pelo contrário, buscam retardá-la, ou pelo menos impedi-la de chegar ao seu pleno florescimento.

Quanto ao referencial da análise feita por Soboul e Godechot, temos a impressão de que ambos esquecem que o sistema em liquidação é o ANTIGO REGIME, de cuja estrutura específica a Revolução promove a superação. Assim, quando Godechot busca um movimento de classes nas Treze Colônias Inglesas da América para justificar a sua inclusão no quadro das Revoluções Ocidentais, esquece-se do essencial: a Revolução ali significa a ruptura do SISTEMA COLONIAL, e bastaria isso para ser uma revolução, independente do caráter de classe que eventualmente tenha

(18) Albert Soboul — *A Revolução Francesa*, trad. port., Rio de Janeiro, Difel Editores, 1976, p. 87.

(19) Alfred Cobban — *La Interpretación Social de la Revolución Francesa*, Madrid, Narcea Ediciones, 1971, p. 207.

(20) Albert Soboul — *A Revolução Francesa*, trad. port., São Paulo, Difel Editores, 1976, p. 110.

(21) A maior parte dos trabalhos relativos ao crescimento econômico do século XVIII, produzidos na atualidade, indicam um ritmo semelhante de crescimento para a França e a Inglaterra, em torno de 1,8 por cento. Cf. François Crouzet — “Croissances comparées de l’Angleterre et de la France au XVIII^e siècle”, in *Annales*, vol. XXI, n.º 2, Mars-Avril, 1966, pp. 254-291. Os estudos quantitativos da economia francesa, realizados pelo grupo do I.S.E.A., têm apontado nesta direção, particularmente Tihomil J. Markovitch — “La révolution industrielle: le cas de la France”, in *Revue d’Histoire économique et sociale*, vol. 52, 1974, n.º 1, pp. 115-125.

(22) Georg Lukács — *Historia y consciencia de classe*, trad. esp., México, Grijalbo, 1969, pp. 64-65.

adquirido, mais próximo ou mais distante do esquema europeu ou francês. Era a primeira vez que uma colônia se tornava independente, significando, portanto, tanto uma transformação estrutural quanto uma mudança conjuntural.

Não é necessário que a conjuntura econômica da Independência das 13 colônias seja exatamente a mesma da França, como bem demonstrou Labrousse analisando a flutuação dos rendimentos no *trend* secular e no ciclo curto, salientando o enriquecimento prolongado da burguesia durante o século XVIII, o declínio dos rendimentos no interciclo pré-revolucionário e a crise sazonal arrastando os camponeses à fúria social, principalmente com a redução do preço do vinho e a alta dos cereais.

Se esta categoria mais geral estivesse presente em Godechot, provavelmente a Revolução Ocidental não seria demarcada a partir de 1763 e sim a partir de 1688, com a REVOLUÇÃO GLORIOSA, a primeira revolução burguesa do mundo ocidental⁽²³⁾.

O mesmo se pode dizer de Soboul, pois, quando afirma que a Revolução liquida os resquícios do feudalismo e abre caminho para o capitalismo, dá oportunidade às críticas de Cobban, que pergunta: "Qual era este feudalismo?"⁽²⁴⁾. Ao que Soboul responde não ser o feudalismo entendido na sua forma jurídica, institucional, mas sim o conjunto das sujeições de origem feudal, senhorial, dominial, que pesam sobre os camponeses, na ampla acepção, mais social que jurídica, que é a concepção dos contemporâneos. Na verdade, o que a Revolução liquida é o Antigo Regime. Feudalismo, sim, mas o feudalismo remanescente e incorporado pelo Antigo Regime.

Porém, não só do ponto de vista do passado se deve ver a Revolução, isto é, em relação ao que ela supera, mas também em relação ao que ela cria ou permite avançar. Efetivamente, a Revolução Francesa criou condições para a prosperidade do capitalismo na França, mas a Revolução Camponesa tolheu suas possibilidades de crescimento acelerado, a ponto de transformar um verdadeiro arranque industrial numa lenta evolução.

(23) Há discussões em torno do caráter social da Revolução Inglesa do século XVII, particularmente entre C. Hill, E. Hobsbawm, M. Dobb, de um lado e H.R. Trevor-Roper de outro. Sobre a discussão, indicamos dois artigos incluídos no livro *Capitalismo Transição*, trad. port., Rio de Janeiro, Eldorado, 1975, o de E. Hobsbawm e o de Trevor-Roper, ambos sobre a crise geral do século XVII, o primeiro insistindo no caráter burguês da Revolução Inglesa de 1640 e o segundo apontando o seu caráter aristocrático. Para o estudo da Revolução Inglesa no sentido da era das revoluções liberais burguesas, entendida mesmo como uma revolução de peso e significado semelhante ao da Revolução Francesa, veja-se C. Hill — *The Century of Revolution 1603-1714*, New York, The Norton Library, 1966, ou o texto mais acessível, recentemente traduzido, *A Revolução Inglesa de 1640*, trad. port., Lisboa, Presença, 1977, que foi publicado em inglês pela primeira vez em 1940.

(24) Alfred Cobban — *La interpretación social de la Revolución Francesa*, Madrid, Narcea Ediciones, 1971, pp. 210-211.

O estabelecimento do modo de produção capitalista foi muito menos franco e decisivo do que na Inglaterra, pois, ao invés de impedir, consolidou definitivamente a pequena produção, o que daria aos pequenos produtores uma importância muito grande na evolução política da França. A burguesia francesa só conseguiu empolgar o poder apoiando-se “amplamente no pequeno campesinato e na pequena burguesia, e, ocasionalmente, nos trabalhadores das manufaturas presentes, sobretudo no sanculotismo parisiense” (25). Nesta perspectiva se poderia dizer que se trata de uma revolução burguesa fracassada, pois a burguesia detém a hegemonia dentro do Estado independente do campesinato e da pequena burguesia (26). O Estado francês, entendido como Estado capitalista típico, se deve mais aos fracassos e decepções do que aos êxitos políticos da burguesia (27). “A transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, foi reduzida a um rastejo, e com ela a velocidade da urbanização, a expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, do ulterior avanço da revolução proletária” (28). “A parte capitalista da economia francesa era uma super-estrutura erguida sobre a base imóvel do campesinato e da pequena burguesia” (29).

Paradoxalmente, foi uma revolução de compromisso social entre a nobreza e a burguesia, a Revolução Inglesa do século XVII, que eliminou drasticamente o antigo modo de produção artesanal, suprimiu as barreiras para o avanço dos cercamentos das terras e a complementação da Revolução Agrícola e constituiu o tripé *Banco da Inglaterra - Governador do Tesouro - Primeiro Ministro*, responsável pelo assalto aos mercados coloniais e mundiais, realizando, do ponto de vista da instalação do capitalismo pleno, a verdadeira revolução burguesa da Europa.

Vimos, portanto, que existem revoluções que não se confundem com a Revolução Francesa (30), cuja especificidade está na gestação de uma

(25) Nicos Poulantzas — *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*, trad. esp., México, Siglo XXI, 1971, p. 221.

(26) Idem, *ibidem*, p. 222.

(27) Idem, *ibidem*, p. 225.

(28) Eric Hobsbawm — *A Era das Revoluções*, trad. port., Rio de Janeiro, 1977, p. 88.

(29) Idem, *ibidem*, p. 197.

(30) Sobre os debates mais recentes sobre a Revolução Francesa, cf. P. Amann — *The Eighteenth Century Revolution — French or western?*, Boston, 1966; Claude Mazauric — *Sur la Révolution Française*, Paris, Editions Sociales, 1970; F. Furet — “Le Catéchisme révolutionnaire”, in *Annales E. S. C.*, mars de 1971; R. Robin, A. Casanova, C. Mazauric — “La révolution a-t-elle existé?”, in *Nouvelle Critique*, avril de 1972; Michel Vovelle — *La chute de la monarchie*, Paris, Ed. du Seuil, 1972. Alguns artigos contidos na coletânea *Ethnologie et Histoire — Forces productives et problèmes de transition*, Paris, Editions Sociales, 1975, renovam os estudos relativos ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, particularmente os artigos de Antoine Casanova — “Forces productives et rapports de production en France à la fin du XVIIIe siècle. Le cas des pressoirs à huile

revolução popular que chega a ultrapassar no nível da prática política, a classe hegemônica — a burguesia. Essa é a sua especificidade; mas não lhe permite erigir-se em modelo, pois a verdadeira revolução burguesa é aquela que cria condições para a implantação do “capitalismo selvagem”, acelerando destarte o processo revolucionário.

Ao pensar estas questões, estamos fazendo um exercício sobre a Revolução Francesa, refletindo sobre a História construída em busca de uma nova construção. A História é isto mesmo, é a reflexão sobre a realidade e a reflexão sobre si mesma, o que permite uma constante redefinição do conhecimento em função da dinâmica histórica, objeto apaixonante do *métier d'historien*.

— dans le Midi Méditerranéen”, pp. 149-189; André Paris — “Les conditions du progrès agricole dans le centre du Bassin Parisien: droits seigneuriaux et vaine pâture dans la région de Montfort-l’Amaury (XVIIIe-XIXe siècles)”, pp. 209-247; Albert Soboul — “Problèmes de la communauté rurale en France (XVIIIe-XIXe siècles)”, pp. 369-397. Recomendamos também o estudo comparativo de algumas revoluções contemporâneas contidas no texto de Barrington Moore Jr. — *Origens sociais da ditadura e da democracia*, trad. port., Edições Cosmos, Lisboa, 1975.